

Novas tecnolguas e Políticas Públicas: estudo do projeto Vale-Cultura.

Penteado Claudio, Burgos Pimentel dos Santos Marcelo y ARAUJO RAFAEL.

Cita:

Penteado Claudio, Burgos Pimentel dos Santos Marcelo y ARAUJO RAFAEL (2010). *Novas tecnolguas e Políticas Públicas: estudo do projeto Vale-Cultura*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/277>

Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010.

AT:

Novas Tecnologias e Políticas Públicas: estudo da evolução do Projeto Vale-Cultura

Claudio Luis de Camargo Penteadó¹
Rafael de Paula Aguiar Araújo²
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos³

Resumo

A Internet, em seu rápido movimento de expansão, tem introduzido novas práticas em diversos campos das atividades humanas. No campo político, suas características tecnológicas possibilitam novas formas de participação, para além dos tradicionais modelos de ação política. O Ministério da Cultura se destaca pela ampla utilização dos recursos do universo virtual para a divulgação de seus projetos e ações. A pesquisa avaliou o site do MinC, identificando os recursos utilizados e a participação do cidadão por meio dos canais de interatividade disponibilizados aos internautas. Os resultados encontrados sinalizam que o site utiliza amplamente os recursos de comunicação na divulgação e formulação de políticas públicas, apontando para um novo formato de atuação dos órgãos públicos com o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Introdução

¹ Doutor em Ciência Política, Professor da Universidade Federal do ABC e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: claudio.penteadó@ufabc.edu.br.

² Doutro em Ciência Política, Professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e da PUC-SP, editor da Revista Aurora e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: rafa77@uol.com.br.

³ Doutorando em Ciências Sociais da PUC-SP e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: marceloburgos@uol.com.br .

No dia 23 de julho de 2009, o Presidente da República escreve ao Congresso Nacional uma mensagem submetendo à apreciação dos membros da casa o Projeto de Lei que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o Vale-Cultura. A mensagem foi a plenário aos 18 de agosto do mesmo ano, seguida do projeto. Em 26 de agosto, é solicitado o regime de urgência para a tramitação do projeto 5798/2009 que trata da primeira política pública de fomento ao consumo de bens culturais do país.

O projeto, no entanto, já não era novidade. Em 16 de julho uma notícia foi publicada, por Marcelo Melo, anunciando o Vale-Cultura, no site <http://hsm.updateordie.com/autodesenvolvimento/>, que seria também o primeiro post do Blog Vale-Cultura. O texto trazia a notícia da iniciativa que incentivaria o acesso à cultura e chamava a atenção para a importância da área para a formação humana. No dia 18, enquanto o projeto era apresentado ao Congresso Nacional, o Jornal do Brasil publicava a matéria de Gustavo Barreto, produtor cultural, tratando da importância da aprovação do PL e iniciando um debate nos meios de comunicação sobre o projeto que, para muitos, foi considerado “dirigismo cultural”, enquanto outros o associavam à manutenção da popularidade do presidente Lula, que teria sua biografia registrada em um longa-metragem a ser lançada em alguns meses. O pedido de urgência de tramitação ao projeto, que já era discutido desde 2006, seria explicado dessa forma, como uma ferramenta de marketing político, próximo ao pleito de 2010.

O Ministério da Cultura, seguindo a tendência que já vinha demonstrando em seu site, abre um espaço de debate com o *Blog Vale-Cultura*, que logo recebeu destaque na página. O blog passa então a reunir notícias sobre o projeto encaminhado ao plenário, relatando sua tramitação e as emendas que foram realizadas, mas também trazendo a repercussão em outras mídias e a agenda do presidente da república e do ministro da cultura, quando estes se referiam ao Vale-Cultura.

Esse artigo avalia a relação entre a mídia e a formulação de políticas públicas, especificamente o Vale-Cultura. Para tanto, foi adotado um método de análise que combina a abordagem midiática com a avaliação do processo decisório de políticas públicas, propiciando uma nova forma de leitura, mais abrangente, sobre a complexidade do desenvolvimento de políticas e a promoção da cidadania, no qual os meios de comunicação (digital) assumem um papel importante.

Foi feita uma análise do site do Ministério da Cultura e, mais especificamente uma de suas partes, o Blog Vale-Cultura, além de um acompanhamento do processo de tramitação do Projeto de Lei no Congresso Nacional, os pareceres e as emendas propostas pelos deputados, senadores e comissões. Com isso, o artigo procura avaliar como o MinC se utiliza das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) como espaço de divulgação de ações e como forma de interação com cidadãos e atores da cena cultural. A partir da análise comparativa entre a comunicação presente no blog e as mudanças realizadas no Projeto de Lei ao longo de sua discussão, pretende-se verificar se há influência dos meios de comunicação no processo decisório de políticas públicas.

Política públicas em cultura: o ineditismo do Projeto de Lei 5798/2009

A convergência tecnológica dos meios de comunicação e informação ampliou a capacidade de intervenção da mídia nas atividades humanas. Hoje as diferentes mídias fazem parte diretamente ou indiretamente da maioria da população, seja como fonte de trabalho, fonte de informação, entretenimento e mecanismo de comunicação e interação social. Nesse contexto, a mídia assume uma centralidade na vida humana, se tornando “palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político na contemporaneidade” (Lima, 2000: 176).

A partir da rápida expansão e consolidação da infra-estrutura de comunicação no Brasil, Lima (2000) caracteriza o país como uma sociedade *media-cetered*. Através dos veículos de comunicação que as idéias, ações e discursos ganham importância perante toda a sociedade, criando um espaço de disputas simbólicas (discurso político) que afeta toda a sociedade.

Os canais de mídia são espaços nos quais são construídas as representações simbólicas do poder. Nesses espaços ocorrem disputas pela hegemonia política e a fabricação de um consenso como forma de dominação política mais eficaz que o uso da coerção. Os meios de comunicação também possuem uma centralidade social, associada a seu papel no processo de socialização contemporâneo, pelo qual o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e as normas sociais. Na esfera política, a centralidade da mídia decorre

de sua potencialidade da construção da realidade por meio da representação transmitida em seus canais sobre os diferentes aspectos da vida humana (Lima, 2000).

A partir das idéias gramscianas, Lima (2000) argumenta que os meios de comunicação eletrônicos transformam a mídia em um aparelho privilegiado na articulação hegemônica (e contra-hegemônica) em um espaço de disputa política por meio das representações veiculadas. Nas democracias contemporâneas, o enfraquecimento dos partidos políticos como mecanismos de representação política e defesa de ideologias, permite que em muitos casos, os veículos de comunicação sirvam de mediadores entre os candidatos e os eleitores⁴. Outros papéis importantes desempenhados pela mídia são sua participação na definição da agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública; ser um espaço privilegiado de produção e divulgação de informações políticas; possibilitar maior transparência da administração pública; exercer o papel de espaço para o debate e crítica das políticas públicas (apresentando e avaliando seus resultados); e possibilitar espaços para apresentar esferas públicas concorrentes além das tradicionais (Miguel, 2003), principalmente com o desenvolvimento da Internet.

Castells argumenta que com a formação da Sociedade em Rede, existe um “esvaziamento do contrato social entre capital, trabalho e Estado (que) envia todos de volta para a casa para lutar por seus interesses individuais” (Castells, 1999: 366). Nesse contexto, existe uma transformação das práticas políticas e dos processos democráticos que encontram nas novas tecnologias novas ferramentas para a busca pelo poder dos atores políticos, assim como se configura como um novo espaço para o debate e circulação de informações políticas. Essa transformação, Castells chama de política informacional, que segundo o autor estaria criando novas regras para o jogo político e que a mídia seria o espaço privilegiado da política: “Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito” (Castells, 1999: 367).

Essa nova configuração permite a incorporação de novas práticas como o marketing político, que nas democracias ocidentais ganha importância na condução do comportamento político e na orientação das ações estatais. A ação do marketing vai além

⁴ Apesar da mídia ter um papel importante no processo eleitoral, os partidos continuam sendo essenciais como plataforma política e articulação de alianças.

do período eleitoral e acaba por influenciar o modelo de gestão pública, orientando as práticas das políticas públicas, que podem ser utilizadas como ferramentas de promoção eleitoral de forma a agregar maior capital político para seu gestor. Um exemplo desse tipo de conduta pode ser observado na última gestão de Paulo Maluf a frente da Prefeitura de São Paulo (1992-1996), quando o então gestor montou o Plano de Atendimento à Saúde (PAS), que no início teve uma boa avaliação pelo cidadão, mas que se mostrou inviável após Maluf eleger seu sucessor (Celso Pitta), conforme indica os estudos de Penteadó (2001). A estratégia permitiu a ampliação do capital político de Maluf, contudo teve efeitos perversos para a saúde pública paulistana.

Apesar da mídia e seus diferentes veículos serem importantes dentro da atual configuração política, é preciso indicar que a política não se subordina a ela. Miguel (2002) sustenta que o rápido desenvolvimento tecnológico das comunicações trouxe importantes mudanças no ambiente político ao longo do século XX (e também agora no início do século XXI), como um novo mecanismo e espaço de contato entre líderes políticos e os cidadãos, a formulação de uma nova relação entre a população e os temas públicos (incluindo as políticas públicas), e até criando uma nova dinâmica no processo de governança e *accountability*.

Essas transformações chamaram a atenção da Ciência Política, destacando-se os estudos pioneiros de Walter Lippmann, nos anos 20. Entretanto, até hoje a área não dá muita importância para o tema, preferindo focar suas análises nas instituições políticas e nos processos decisórios. Os meios de comunicação de massa “são vistos como meros transmissores dos discursos dos agentes e das informações sobre a realidade, neutros e portanto negligenciáveis” (Miguel, 2002:156). Uma das exceções é o trabalho de Sartori (2001), que atento às transformações da política contemporânea indica que os governos ficam sobre um “controle excessivo” da opinião pública e, conseqüentemente, da pressão midiática sobre essa. Esse controle diminui a possibilidade de ação racional, planejamento de médio e longo prazo e interfere sobre as decisões administrativas, uma vez que a prática estatal fica sobre os holofotes da mídia, exigindo respostas rápidas às demandas surgidas nos noticiários. O autor também exerce uma dura crítica principalmente à

televisão e sua incapacidade de promover reflexão, o que resulta em uma influência nociva ao universo da política.

Na área de Comunicação Social existe um campo maior de estudo dessas fronteiras de conhecimentos. Contudo, esses trabalhos tendem a exagerar sobre o poder da mídia, relegando a ela um poder maior que os resultados empíricos apontam. Apesar da política sofrer influência da mídia, ela possui uma lógica própria. Utilizando o conceito de campo de Bourdieu, Miguel (2002) sustenta que apesar da inegável centralidade da mídia dentro da sociedade contemporânea, ela e a política formam dois campos diferentes guardando certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro trata-se de um “processo de mão dupla”. A maior participação dos meios de comunicação estaria ancorada na formação do capital político. A visibilidade na mídia confere um capital que pode ser convertido em votos ou status político, importantes fatores para os que atuam dentro do campo político. Outro momento de interferência do campo midiático sobre o político é o controle da agenda. As questões destacadas pelos veículos de comunicação ganham evidência no debate público, exercendo pressão sobre a ação governamental que precisa “dar respostas as demandas populares”.

Dito de outra maneira, a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas. O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se vêem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões (Miguel, 2002: 171)

Para Miguel (2002) a mídia não se limita à definição da agenda, mas também opera na construção de esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos por meio de enquadramentos (*framing*). Em sociedades em que cada vez mais a população tem menos interesse pelos assuntos políticos, reportagens e noticiários podem se tornar “atalhos informacionais” pelos quais o cidadão vai criar sentido para a realidade política e formar sua opinião. Porém, em geral, os canais de comunicação tendem a destacar as fontes institucionais, com

pouco espaço para discursos alternativos, favorecendo a manutenção de um *status quo*.

Nesse sentido, Miguel (2002) sustenta que existe uma influência real da mídia sobre o campo político, contudo ela é exercida de diferentes formas e atinge resultados diferenciados sobre os atores e instituições políticas. A pressão da mídia encontra limites que se estendem desde sua dependência do campo político como fonte de informação, recursos de financiamento e interesses políticos (como por exemplo concessão de transmissão de sinal), até as ingerências do campo econômico sobre sua atuação e cobertura da política, isto é, interesses de anunciantes que podem interferir no formato de cobertura da empresa de comunicação.

Com o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, a relação ganha um novo grau de complexidade. Pois, as características comunicacionais dessas novas tecnologias permitem uma nova dinâmica que propicia a execução de novas práticas políticas, as quais rompem com o monopólio das grandes empresas de comunicação como esfera principal de produção, transmissão e circulação de informações.

Surtem novos meios e formatos de comunicação que são apropriados pelos atores políticos em suas práticas. A princípio os chamados ciberotimistas acreditavam que seria uma nova fase da política, em que as instituições perderiam poder para a ação mais descentralizada do cidadão comum na formação de uma ciberdemocracia. Entretanto, os agentes e as instituições também vão se apropriar dessas ferramentas tecnológicas e adaptar suas práticas para esses novos meios. Um exemplo interessante desse novo fluxo informacional (e de ação política) foi o caso do *Blog Fatos e Dados* da estatal brasileira Petrobrás. Criado para ser um espaço de defesa da empresa contra denúncias na mídia e investigação parlamentar (por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito), o blog criou um mecanismo de comunicação direta entre a estatal e o cidadão, enfraquecendo o poder de mediação da imprensa. Essa atitude gerou inúmeros protestos e gerou um polêmico debate com críticas contra e a favor. Entretanto, a estratégia da Petrobrás logrou êxito, favorecido pela atuação da bancada governista que “esfriou” a CPI (Penteado, Santos, Araújo, 2009b).

Os governos se apropriam das novas tecnologias para desenvolver serviços públicos para o cidadão, ancorados na lógica do aumento da eficiência da gestão pública e no processo de desburocratização. São criados mecanismos de controle das contas públicas

(por exemplo, o Portal Transparência Brasil), acesso a serviços públicos (por exemplo, a emissão de documentos), informações sobre serviços públicos e, em especial, arrecadação de tributos (por exemplo, o Imposto de Renda).

Além desse caráter gerencial e informativo, as NTICs também proporcionam mecanismos de interação entre as instituições e o cidadão. Uma interessante experiência vem sendo desenvolvida pelo Ministério da Cultura, que por meio de seu Portal Institucional criou mecanismos para que o usuário tenha acesso a informações dos projetos e programas que a pasta está desenvolvendo, disponibilizando blogs temáticos de suas principais ações, nos quais além de informação sobre o seu andamento, também existe a possibilidade de opinar sobre elas. Assim, cria-se um espaço para o debate público não mediado pelos meios de comunicação tradicional, no qual o cidadão pode ampliar sua participação política, constituindo uma espécie de “esfera pública”. Resta saber se essa prática tem alguma influência sobre o processo político, principalmente em relação às políticas públicas de cultura, e verificar se amplia a participação democrática.

No site do Ministério da Cultura há um texto destacando a importância das políticas públicas culturais, área que historicamente não possui tradição de incentivo e desenvolvimento por parte do governo brasileiro. Há um discurso de reconhecimento da importância da área para a formação do cidadão e da necessidade do Estado em atuar diretamente na formulação de políticas da forma mais democrática possível. Diante da complexidade da área, com linguagens específicas, e diversas dimensões que incluem segmentos variados de profissionais, a formulação de políticas abrangentes requisita um conhecimento sólido das demandas e especificidades da população. O texto publicado no site apresenta a questão enfatizando a necessidade do Estado atuar de acordo com os instrumentos institucionais:

É indispensável, portanto, que concebamos e implementemos políticas para o setor cultural em termos de premissas e diretrizes políticas que dêem coerência e consistência ao conjunto de instrumentos institucionais pelos quais se dá a ação pública do Estado - tais como programas, projetos, editais, leis, decretos e portarias, dentre outros, e que são as formas concretas como as políticas públicas são implementadas⁵.

⁵ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2007/09/18/politicas/>. Acesso em 25/05/2010.

Nesse sentido, o site oferece uma estrutura que viabiliza o acompanhamento das políticas formuladas e apresenta dados sobre as ações já realizadas pelo ministério. Há uma concepção de que a cultura é elemento estratégico na formação do cidadão e do desenvolvimento da nação. As políticas públicas na área da cultura, portanto, assumem por diretriz não apenas a promoção da diversidade de expressão cultural brasileira, mas também o desenvolvimento econômico e social que se atrela a essas políticas.

A cultura pode ser considerada em uma dimensão mais ampla, que implica reconhecer nos indivíduos “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” (CERTEAU, 1994), ou seja, cultura pode referir-se a elementos elaborados, seja materialmente ou simbolicamente, pelos homens ao longo do convívio social. Em geral, a cultura é abordada como um conjunto diversificado de demandas institucionais e profissionais, mas também políticas e econômicas, que requisitam processos organizativos, que estimulam a produção, circulação e consumo de bens simbólicos. É preciso, portanto, reconhecer a necessidade de se avaliar políticas públicas consistentes, capazes de dar conta da circulação dos bens simbólicos e, ao mesmo tempo, fomentar o plano do cotidiano, em que o simbólico atua diretamente na formação do cidadão e no desenvolvimento social.

É nesse sentido que o Vale-Cultura é apresentado no site do MinC como a primeira política pública governamental de fomento ao consumo cultural, mas também como uma forma de ampliar o acesso aos bens culturais por parte de uma parcela da população. O consumo de produtos culturais é tratado como uma forma de ampliar as perspectivas de cidadania e fortalecimento da democracia, mas também como uma forma de injetar capital na indústria de cultura, 7 bilhões de reais ao ano, a partir da circulação de capital pelas mãos de até 12 milhões de trabalhadores, como previa o governo no início da proposta, cada um com o recebimento do benefício de R\$ 50,00 para gastar com cultura.

Análise do site do Ministério da Cultura

O site do MinC possui alguns *banners* no alto que vão se alterando com o passar do tempo⁶. Todos são bastante coloridos e chamativos. Acima destes desenhos, no sentido da direita para a esquerda, há um item denominado *O Ministério*, que fala da estrutura organizacional do MinC. Ao seu lado, uma outra área intitulada *Políticas, programas e ações*, que versa sobre os diversos projetos ligados ao MinC. Outro *link* é o *Apoio a projetos*, que quando clicado leva a uma página interna do *site* com mais informações sobre este material. Ao lado, aparece a seção *Editais* que abre outra página interna com informações sobre editais, bolsas e demais processos licitatórios do ministério. À sua direita, o item *Legislação* possui *links* para a Constituição Federal, portarias, medidas provisórias e outras leis. E, por último, localizado mais à direita, o item chamado *dia-a-dia da cultura* com notícias, artigos, depoimentos, agenda sobre as atividades cotidianas do ministério. Ao lado deste último item, há uma ferramenta que aumenta o tamanho da letra utilizada no site, que auxilia as pessoas com dificuldades visuais.

Acima do *banner*, dentro de uma faixa amarela à esquerda, surge a Bandeira do Brasil e o nome Ministério da Cultura. Na mesma linha mais à direita, um item com *Destaques do Governo*, seguido pelo logotipo do governo federal *Brasil, um país de todos*. Abaixo, à esquerda, vem a data. Mais à direita o *link* *Cultura em Movimento* que convoca artistas, *designers* para publicar o *banner* que descrevemos acima, e que em sua convocatória clama por elementos da história, cultura brasileira, assim como outros aspectos da brasilidade como a flora e a fauna. Em seguida, surge o *Mapa do Site*, um área para contatos com o MinC e a disponibilização de serviços RSS.

Os textos do site estão divididos em três colunas: esquerda, centro e direita. A coluna da esquerda, tem como principal chamada um *banner* quadrado com uma foto em seu interior e cujas chamadas se alteram e totalizam oito diferentes ações do MinC. Está intitulado *O dia-a-dia da cultura* no alto da página. Abaixo deste, há uma série de chamadas para *Notícias do MinC*. Abaixo, ainda à esquerda, uma coluna denominada *Em Destaque*, que no momento da análise, possuía dois itens: o primeiro sobre o projeto de lei, Procultura e o segundo que falava sobre os Pontos de Cultura, uma das principais ações do

⁶ Em um deles, aparecem diversos pássaros que representam a fauna nacional, como papagaio, periquitos e, curiosamente, um tucano (símbolo do partido da oposição, o PSDB).

Minc, desde o início do Governo Lula. Abaixo desta coluna, havia alguns *vídeos* e uma *galeria de fotos*. Tudo isso estava na cor laranja. Em azul, o último item da coluna à esquerda, denominado *Transparência Pública*, que leva a diversos *links* sobre os gastos da pasta ministerial: prestação de contas, Controladoria Geral da União, auditorias *etc.*

A coluna central começa com uma parte destinada ao Blog da Lei Rouanet. Este blog é mais um dos criado pelo Minc com a tentativa de estimular o debate e a participação popular sobre a reforma da Lei Rouanet. Foi um blog que procurou aglutinar opiniões de todos os cidadãos envolvidos ou não diretamente com a Lei Rouanet, antes que ela recebesse uma redação final e fosse encaminhada para votação ao Congresso Nacional. Abaixo dessa chamada, que está em azul, surge em verde, um item intitulado *Editais e Premiações*, com quatro chamadas para prêmios e editais abertos pelo MinC. Abaixo, em vermelho, está a chamada *Encontros e Fóruns*, sobre estas atividades pertinentes ao Ministério da Cultura. Alguns desses eventos ocorrem em parcerias com outros ministérios do governo como, por exemplo, Comunicação e Casa Civil, entre outros. Mais abaixo, ainda em vermelho, há um espaço para a divulgação de outros blogs do MinC. Podemos citar o Vale Cultura, Plano Nacional de Cultura, II Conferência Nacional de Cultura, Pró Leitura *etc.* O MinC, na atual gestão, abriu espaço para debates, consulta e participação popular através de blogs. Foram vários blogs abertos e mantidos pelo MinC no Governo Lula.

Na coluna à direita, em primeiro lugar, no alto aparece o motor de buscas internos do *site*, em azul. Logo abaixo, na mesma cor, abre-se um item para *Projetos Culturais*, que está ligado a um programa do próprio Minc, chamado de *Salic web*, que permite a inscrição e acompanhamento de projetos *on line* para o MinC. Abaixo, ainda em azul há um *link* com direcionamento para uma página interna denominado *Políticas*, que leva a diversas ações do MinC, tais como: Economia da Cultura, Direitos Autorais, Gestão Cultural, Livro e Leitura, Cultura Digital *etc.* Essas ações são projetos de políticas públicas elaborados e desenvolvidos pelo MinC, às vezes, em parcerias com outros ministérios como o Ministério da Educação.

Embaixo, também em azul, há um item chamado de *Projetos Especiais*, que são projetos desenvolvidos pelo MinC no campo da Cultura. Dentre tantos, citamos como

exemplos desses projetos disponíveis no site: DocTV, Brasil Arte Contemporânea, AnimaTV, Programa Cultura Viva.

Abaixo, em cinza, há um o último item que se chama *Participação do Leitor*, que é um espaço dedicado ao usuário do *site* que pode publicar suas próprias mensagens e informações. Inclusive algumas destas publicações utilizam-se de vídeos que remetem ao *Youtube*. Dessa forma, o *site* cumpre com sua idéia de ser um espaço de debate público, pois permite a interação entre cidadãos e essa instituição governamental.

Na linha de baixo uma parte que se destaca das outras neste mesmo *site* porque ela segue uma linha horizontal que vai da esquerda à direita, não respeitando as colunas acima dela. Nela estão algumas outras instituições vinculadas ao MinC. Intitula-se *Instituições vinculadas e Conselhos* e leva a sites específicos da Ancine, Iphan, Funarte, entre outros.

Abaixo, há os logotipos com *links* de acesso ao *Creative Commons* e *Transparência Pública*. O primeiro é uma organização internacional que cuida de licenciamentos e direitos autorais numa perspectiva diferente do *copyright*. O segundo é uma ação do Governo Federal que propõe maior controle e transparência na divulgação dos gastos públicos. Esse órgão é regulado por um decreto presidencial de 2005 que determina a divulgação de dados e informações pelos órgãos governamentais na Internet.

Ao lado, há uma frase que afirma que o MinC utiliza da plataforma *Wordpress* para o seu site. O *Wordpress* é uma organização internacional que atua nos mesmos moldes do *Creative Commons*. Ou seja, nota-se aqui uma preocupação do MinC e do Governo Federal, em utilizar plataformas de gerenciamento de conteúdos que funcionam às margens da indústria do *copyright*, o que colabora na desoneração dos gastos públicos, uma vez que, tanto o *Creative Commons* como o *Wordpress* são distribuídos gratuitamente.

O site do MinC pode ser considerado de fácil utilização, com a presença de recursos visuais, vídeos e fotos, além dos diversos logotipos dos seus projetos. Também é bastante colorido. Quanto à acessibilidade, no entanto, a única possibilidade que se tem é o aumento do tamanho da fonte (letras). O site não oferece muitos serviços, mas possui um bom mecanismo de busca interno.

O site constitui-se de uma fonte importante de informação, apresentando discussões sobre a cultura, com textos explicativos sobre as diretrizes do ministério. Mas representa, sobretudo, o lugar de concentração de informações oficiais, configurando-se como fonte para outras mídias e para os atores da cena cultural. Os meios de comunicação são importantes elementos para a dinâmica política. As NTICs especialmente permitem um diálogo entre governantes e governados, possibilitando que as diretrizes das políticas sejam passadas à população, bem como as informações necessárias, presentes nos editais, para que as políticas sejam implementadas pelas instituições de cultura. Mas também é possível visualizar a importância das NTICs como fonte de recepção de demandas como informações importantes para a elaboração de novas políticas.

Análise do Blog Vale-Cultura

O blog tem uma estrutura simples, construído na plataforma *Wordpress*. No primeiro plano há uma barra amarela com o logotipo do ministério da cultura e logotipo e destaques do governo federal, com direcionamento para alguns sites. Logo abaixo um grande *banner*, com uma moldura marrom, escrito Vale-Cultura, com data e dois *links* internos: *home*, que direciona para a página inicial e *projeto de lei*, que abre a redação final do Projeto de Lei nº 5.798-d de 2009, que institui o Vale-Cultura. O blog divide-se em duas colunas. A da esquerda, mais larga, traz os posts, dez por página, sendo preciso clicar em *anteriores* para que apareçam outros dez posts, e assim sucessivamente até o primeiro post, publicado a 16 de julho de 2009. O primeiro post que aparece é fixo, foi publicado a 12 de agosto de 2009 e recebe destaque. Intitula-se “O que é o Vale-Cultura?”. Traz consigo uma imagem que se refere ao vídeo promocional do Vale-Cultura e um texto explicativo. O post recebeu 35 comentários, alguns que continham perguntas, são seguidos da resposta do MinC. Depois desse primeiro, seguem os demais, publicados mais recentemente. Os posts possuem fundo de duas tonalidades de azul claro, que se intercalam. O título dos post é escrito em cinza escuro, a maioria dos textos é acompanhada de uma imagem. Logo após o texto do post, as informações, marcadas por ícones: a data de publicação, o autor, a categoria, tags e espaço para o comentário. A coluna da direita é fixa no site, possui no alto um sistema de busca interno por palavra, seguido de dois vídeos: *Vídeo oficial do Vale-*

Cultura e Lula fala no lançamento oficial do Vale-Cultura. Em seguida um áudio com o presidente da república e o ministro da cultura falando da proposta, depois, comentários recentes e tags.

O blog não possui muitos serviços, apenas o motor de busca interno e espaço para publicação de comentários sobre os posts, sem que seja preciso inscrição anterior, apenas nome e e-mail do usuário. Os comentários, no entanto, não são publicados instantaneamente. O usuário recebe uma mensagem dizendo que o comentário seguiu para moderação antes de ser publicado, o que só vai ocorrer depois de algumas horas. Não há uma organização dos posts por categorias ou por data.

Pelo fato dos posts não estarem agrupados por categorias e não haver um motor de busca por data, os posts devem ser localizados manualmente, passando pelas páginas que se constituem de dez postagens cada. Até a data final da análise, dia 25 de maio de 2010, o blog contava com 230 posts, tendo sido o primeiro a 16 de julho de 2009. Em geral o blog mantém uma frequência de publicação de pelo menos um post a cada semana, mas em alguns períodos essa frequência se intensifica e chega-se a publicar mais de um ao dia. Os temas identificados nos posts, quase em sua totalidade, tratam do próprio Vale-Cultura, mas é possível identificar textos sobre o acesso à cultura, além da recorrência de citações de notícias de outras mídias, e das atividades no Congresso Nacional e na CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania). Quanto ao enquadramento, a pesquisa realizada com os últimos 30 posts apresentou a seguinte classificação:

Tabela 1: enquadramento dos posts

informativo direto	42,2%
informativo indireto	23,7%
opinativo	7,9%
interpretativo indireto	10,5%
propositivo	2,6%
análise crítica	10,5%
posicionamento político	2,6%
Total	100%

O blog, por ser criado com o intuito de acompanhar e divulgar o processo de tramitação do Projeto de Lei, acaba trazendo, em sua maioria, posts informativos sobre os pareceres das comissões e dos relatores, além de trazer as emendas realizadas e a

repercussão do projeto em outras mídias. Se somadas as categorias informativa direta e indireta, chega-se a 65,9% dos posts. A expressiva presença de textos informativos diretos demonstra que o blog cumpre com o papel de divulgação do desenvolvimento do projeto. As informações indiretas revelam o blog como um lugar que reúne as matérias do Vale-Cultura em outros meios de comunicação, com a postagem constante de vídeos e arquivos de áudio. Vale notar que o blog não apresenta posts classificados como avaliativos ou irônicos, enquadramentos muito comuns em blogs de política. O espaço é ainda utilizado para expor a opinião de artistas e o posicionamento do governo, seja na figura do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, seja nas opiniões dos parlamentares envolvidos com o projeto.

Ao longo de todo o blog, pouquíssimos comentários foram publicados aos posts. Na amostra selecionada para análise, dos 30 últimos posts, não houve nenhum comentário. Ao tentarmos comentar um dos posts, surgiu uma mensagem informando que o comentário estava aguardando moderação e somente foi publicado no dia seguinte. Não há, portanto, nenhum debate dentro do blog, sua função é muito mais de registro informativo sobre a evolução do projeto. Em posts mais antigos é possível verificar alguns poucos comentários, boa parte com questionamentos, todos elucidados pelo MinC.

O Blog Vale-Cultura tem destaque dentro do portal do MinC, com uma frequência maior de postagens que outros blogs do mesmo site. Há um esforço por parte da equipe em manter o blog, com alguma frequência, com novas postagens, em geral, notícias sobre a forma com que o Vale-Cultura está sendo abordado na mídia e o trâmite do Projeto de Lei no Congresso Nacional. Os comentários são muito poucos, de forma que o blog não cumpre um papel de fórum para debate da política pública, mas sim de divulgação, mantendo os atores sociais informados sobre seu trâmite. O blog dá destaque também aos vídeos linkados ao youtube, mas também arquivos de sons com entrevista do Ministro da Cultura e Presidente da República, além do vídeo oficial de divulgação do Vale-Cultura.

É possível associar o blog a uma forma do Ministério da Cultura apresentar a primeira política pública voltada ao consumo cultural como um capital simbólico e político. O blog cumpre o papel informativo, tanto para os atores sociais interessados, como para a mídia em geral. Por ser um espaço capaz de concentrar todas as informações existentes sobre o Vale-Cultura, é possível associá-lo a uma fonte de informação para a formação da pauta jornalística especializada. No entanto, esse papel poderia ser cumprido por um site

comum, a escolha por um blog associa a iniciativa à pessoalidade e interatividade implícitas nesse formato, o que pode ser interpretado como uma iniciativa de abertura do poder público para a coleta de informações por parte da população para a constituição da política pública. Fica implícita uma idéia de participação, que de fato não acontece.

No entanto, é preciso verificar se há o alinhamento das intervenções realizadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal com as postagens do blog, a fim de se mapear o diálogo estabelecido entre o processo de debate e formulação da política pública e a cobertura da mídia. É o que apresentamos a seguir.

Análise do desenvolvimento do Projeto de Lei e a discussão nos meios de comunicação

Os primeiros meses do Blog Vale-Cultura trouxeram uma imensa riqueza de informações, tanto da equipe do próprio Ministério da Cultura, quanto das mídias tradicionais e outros blogs. Procuramos analisar os posts a fim de encontrar debates em torno do projeto para, em seguida, verificar se houve resposta das comissões que debatiam a proposta na câmara.

Do período que vai de 18 de agosto de 2009, data em que o projeto foi apresentado ao congresso, até 11 de setembro, quando se esgotou o prazo para emendamento do projeto, foram analisados todos os posts publicados no blog. No dia 20 de agosto, o jornalista Gilberto Dimenstein publica um artigo na Folha de S. Paulo, manifestando seu desagrado em relação ao projeto e enfatizando a idéia de inclusão do benefício aos professores, idéia surgida em sabatina realizada no referido jornal com o ministro Juca Ferreira. O jornalista dá a seu texto um enquadramento propositivo, mostrando que estender o Vale-Cultura seria uma forma de minimizar os prejuízos da proposta, segundo sua análise, por exercerem os professores grande influência nos alunos. A proposta surge na presença do ministro, que sinalizou simpatia pela idéia, no entanto, com exceção da matéria publicada por Dimenstein, não se viu um amplo debate na mídia a respeito. O post referenciando a matéria foi publicado no blog quatro dias depois, tendo recebido apenas um comentário:

Nosso ilustre jornalista da Folha de São Paulo Dimenstein deixa evidente que desconhece o projeto do vale cultura, uma vez que erroneamente insiste em afirmar que o governo irá gastar 7 bilhões de reais com o projeto. Quando na verdade o projeto do vale cultura é baseado no modelo do PAT onde o custo é dividido entre

Governo, Empresa e Trabalhadores. Desconhece por exemplo que no Programa de Alimentação do Trabalhador a cada R\$ 1,00 de renúncia fiscal o Gov. arrecada 19 na cadeia produtiva. Como assinante da Folha de São Paulo fico sinceramente chateado com a falta de informação de alguns “formadores” de opinião.⁷

O comentário de Raphael Di Salvi, publicado em 26 de agosto, cuida de evidenciar um não entendimento do jornalista em relação ao projeto e manifesta criticamente seu desacordo com a matéria, mas também não avalia a proposta de extensão do Vale-Cultura aos professores. O MinC, por sua vez, publica uma nota seguida do post dizendo que a proposta estava sendo debatida com o Ministério da Educação. No entanto, não foi verificada nenhuma emenda ao projeto nesse sentido.

No período de emendamento foram verificadas duas propostas, uma que estendia o Vale-Cultura a eventos esportivos e outra que propunha o incentivo a eventos esportivos. A justificativa da emenda dizia que “o esporte e a cultura têm igual importância na sociedade pelo bem que causam às pessoas, tanto físico como intelectual.” E segue defendendo a relação entre arte e esporte, definindo esporte de uma forma mais ampla, como uma cultura do movimento. A proposta repercutiu apenas no jornal *O Globo*, no dia 8 de agosto de 2009, relatando a emenda do deputado Deley, do PSC do Rio de Janeiro. O Blog Vale-Cultura publicou um post informativo no mesmo dia sobre a matéria, mas que não teve comentário algum.

No dia 8 de outubro, a relatora, deputada Manuela D’Ávila, após uma série de audiências públicas realizadas nos Estados e as discussões da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, envia seu relatório favorável ao Projeto de Lei, justificando se tratar de uma proposta que poderia contribuir para a reversão dos “lastimáveis indicadores” do acesso à cultura no país, mapeados pelo IBGE e pelo Ministério da Cultura:

(...) os números de exclusão da população às práticas, ao consumo e ao direito cultural revelam dados alarmantes, que mostram que apenas 14% da população brasileira vai regularmente aos cinemas, que 96% não freqüentam museus, que 93% nunca foram a uma exposição de arte, que 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança e, dado

⁷ Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/valecultura/vale-cultura-para-professor/#comments>. Acesso em 25/05/2010.

extremamente alarmante, 90% dos municípios do País não possuem cinemas, teatros, museus ou centros culturais⁸.

No parecer, a deputada indica a necessidade de se estender o benefício aos servidores públicos federais e aos professores, justificada pela necessidade de inclusão desses atores. O texto segue propondo emenda com extensão do projeto aos servidores públicos e ressaltando que com isso os professores também poderiam ser contemplados, mas também propõe emenda que estende o benefício aos estagiários e trabalhadores com necessidades especiais que recebam até sete salários mínimos. O relatório ainda apresenta, como indicação, que o benefício seja estendido também aos desempregados, aposentados e pensionistas e que se constitua um grupo de trabalho pelo Ministério da Cultura e os Ministérios do Trabalho e Previdência Social para estudarem o acesso dos desempregados inscritos no seguro-desemprego e dos autônomos que contribuam para o INSS. Ademais o envio de seis novas emendas, o relatório rejeita as duas emendas realizadas em plenário, alegando que a extensão do projeto às atividades esportivas poderia comprometer o objetivo precípua do Vale-Cultura, o de estimular o acesso a produtos e serviços culturais. No dia 13 de outubro o parecer é proferido em plenário pela relatora indicando as alterações descritas acima e rejeitando as duas emendas feitas anteriormente.

No mesmo dia 13, o relator da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Ricardo Barros, dá seu voto favorável ao projeto, alegando sua adequação financeira e orçamentária, e o Deputado Paulo Rubem Santiago, pela Comissão de Educação e Cultura, também declara voto favorável à aprovação do projeto, também recusando as duas emendas do plenário e sugerindo outras quatro emendas.

A primeira emenda proposta “inclui no rol de atendimento do Vale-Cultura os espaços que promovem a integração entre os temas de ciência, educação e cultura, tais como museus de ciência, observatórios e planetários” descrevendo esses espaços como lugares e promoção da inclusão e formação educacional. Outras duas emendas incluem livros, e também revistas, jornais, fascículos, guias e almanaques entre os bens culturais que poderão ser adquiridos pelo benefício. Essa emenda causou alguma polêmica, provocando um debate entre os atores da área da cultura sobre a qualidade da cultura que deveria ser promovida pelo Estado e se estendeu para gêneros musicais, tipos de filmes etc.

⁸ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/700666.pdf>. Acesso em 25/05/2010.

O argumento do relator é de que os periódicos são meios de incentivo à leitura em todas as faixas etárias e segmentos sociais, além de considerarem a informação como parte da cultura indispensável para o exercício da cidadania. A última emenda visa ao incentivo da ampliação dos equipamentos culturais, especialmente nos municípios mais carentes. Com isso o Poder Executivo fica autorizado a abrir linhas de crédito destinadas à construção e reforma de espaços culturais.

O relator ainda sugere ao MinC atitudes de transparência na lida com a emissão do Vale-Cultura, prestando conta periodicamente no site, além de propor a numeração dos cartões magnéticos usados para a concessão do benefício, como forma de controle da extensão e cobertura do Vale-Cultura em todo o país, a fim de fornecer dados para campanhas junto às regiões com menor percentual de adesão.

O projeto seguiu para votação no mesmo dia, mas a sessão foi encerrada e continuou no dia seguinte, 14 de outubro, quando foi aprovado. O relator Flávio Dino apresentou a redação do projeto emendado, tendo sido incluídos no Programa de Cultura do Trabalhador, além dos trabalhadores com renda mensal de até cinco salários mínimos, os aposentados, servidores públicos federais, estagiários e trabalhadores com deficiência com renda mensal de até sete salários mínimos. Foram excluídas algumas das emendas apresentadas, tais como as que incluíam os periódicos entre os bens que poderiam ser adquiridos pelo Vale-Cultura e os demais propostos pela Comissão de Educação e Cultura. A matéria foi publicada no Diário da Câmara dos Deputados no dia seguinte, 15 de outubro, e é encaminhado ao Senado Federal no dia 22.

No dia 13 de outubro, pela manhã, a Agência Câmara registrava a votação do Vale-Cultura para o mesmo dia. O mesmo aconteceu com o Jornal da Câmara. O Blog Vale-Cultura publicou posts registrando essas notícias, além de um link para o Twitter, por onde se poderia acompanhar a votação que ocorreria no dia. Mais tarde publica um post anunciando a polêmica ocorrida no plenário e a interrupção da sessão por pedido do Deputado José Aníbal. Esse post, do contrário dos outros, foi comentado por três pessoas. Uma delas já anunciava a polêmica que se instauraria nos meios de comunicação de massa sobre o projeto, tramitado em caráter de urgência, e o filme produzido sobre a vida de Lula, que ainda não havia sido estreado:

(...) Não basta dar bolsas, vales, tem que oferecer oportunidades para o povo conseguir ter acesso a tudo o que esse governo prefere dar de “graça”, nas mãos. Cultura é tudo, vem de base, não só em um cinema, teatro ou show que se adquire... alias, o filme do Lula já já está aí né? Aposto que o vale sairá na semana de estréia!!⁹

No dia 14, a Rede Bandeirantes veicula nem seu telejornal, *Jornal da Band*, uma matéria tratando do Vale-Cultura, parte editada e produzida anteriormente, com entrevistas a deputados e trabalhadores, e parte com um repórter enviado ao vivo na câmara dos deputados enquanto a votação ainda não havia terminado. A matéria apresenta as características centrais do Projeto de Lei e ilustra a situação com uma mulher que diz não poder ir ao cinema pelo custo. Mas a reportagem também trazia um rápido depoimento de um deputado da oposição alegando ser contra a medida por não incluir a totalidade dos trabalhadores, em seguida mostra um empresário da construção civil lamentando que seus 150 funcionários não poderiam ser incluídos no benefício. Um outro post foi publicado ainda no dia 14, às 19h26min, enquanto ainda o projeto ainda não havia sido totalmente votado pelo plenário, apontando a inclusão dos aposentados com o benefício de R\$ 30,00, e indicando o término da votação para o mesmo dia, às 20h00.

Às 20h50min a Rede Record leva ao ar uma reportagem sobre o projeto, indicando que algumas emendas ainda não haviam sido votadas. O mesmo ocorre com o telejornal *Rede TV News*, da Rede TV!, às 20h55min, mesmo horário em que a TV Câmara também divulgava uma reportagem sobre a votação. As reportagens foram publicadas no Blog Vale-Cultura no dia seguinte, dia 15.

O post seguinte do blog traz um arquivo de áudio com a reportagem realizada pela Rádio CBN na noite do dia 14 e na manhã do dia 15, quando a votação do projeto já havia sido concluída. O mesmo acontece com o áudio do *Repórter Brasil*, da Rádio Nacional, e com entrevista concedida pelo ministro Juca Ferreira à rádio Band SP. Todos os arquivos publicados em posts no Blog Vale-Cultura no próprio dia 15. No dia seguinte, outros quatro posts foram publicados: matérias do Estado de S. Paulo, Agência Brasil, O Globo e um post com link para a redação final do projeto encaminhada ao Senado.

O próximo post foi publicado no dia 20 de outubro, um artigo do antropólogo José do Nascimento Júnior publicado na Folha de S. Paulo, e o seguinte, artigo de O Globo, com

⁹ Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/valecultura/polemica-interrompe-votacao-do-vale-cultura/#comments>. Acesso em 25/05/2010.

dados estatísticos sobre o consumo de cultura, publicado no mesmo dia. No dia 21 foi publicada uma reportagem na Gazeta do Povo. No dia 23, um editorial do Jornal do Brasil mencionava o Vale-Cultura e no dia 25 o Correio Brasiliense publica artigo de Ronaldo de Oliveira com o sugestivo título “Devorar cultura”. Os posts seguintes trouxeram notícias de jornais, sempre com o mesmo conteúdo, apresentando as linhas gerais do projeto e não discutindo efetivamente nenhuma de suas características.

No dia 9 de novembro o Jornal da Tarde publica uma matéria com entrevista do ministro respondendo à seguinte questão: “como ter cultura se 90% das cidades não têm cinema?” No dia seguinte, um post anunciava que o projeto, já tramitando no Senado, havia encontrado resistências para aprovação, especialmente no que se refere à extensão do benefício aos aposentados. No dia 13 de novembro o blog anuncia que a votação havia sido adiada por pedido da Comissão de Assuntos Econômicos.

O post do dia 17 de novembro anuncia que o Senado iria requerer uma audiência com o Ministro da Cultura, com a justificativa que o Vale-Cultura seria usado eleitoralmente pelo governo, por conta do filme *Lula, o filho do Brasil*, que logo seria lançado. A rádio CBN leva essa discussão ao ar, também no dia 17 de outubro. O comentário da colunista política da rádio apresenta o regime de urgência como o grande entrave para a aprovação do projeto, dando relevo à questão trazida pela oposição. A conversa da comunista com o apresentador do programa toma a dúvida pelo regime de urgência a relaciona à estréia do filme, passando a divagar sobre o filme em si e sua pré-estréia prevista para o mesmo dia.

No dia 24 o Blog Vale-Cultura posta uma matéria sobre a audiência com o ministro, mas sem tratar a questão eleitoreira levantada pela oposição e que, segundo as matérias publicadas sobre a questão, seria a causa do trancamento da votação. O texto fala sobre a inclusão de bancas de jornal como pontos de venda de produtos culturais para o uso do benefício e anuncia um novo debate a ser marcado sobre o projeto.

A Folha de S. Paulo publica no dia 29 de novembro um editorial intitulado “O vale do MinC” tratando o Vale-Cultura como uma política de renúncia fiscal e com caráter eleitoreiro. O texto ainda trata de uma polêmica ocorrida no período pela distribuição de um folder impresso com recursos públicos, pedindo apoio aos deputados que votassem em iniciativas na área da cultura. Em seguida, o MinC publica um esclarecimento a cada um

dos pontos levantados pelo editorial, trazendo links das notas publicadas na ocasião das polêmicas e alegando que o projeto está sendo elaborado junto às comissões há três anos e que seria impossível entrar em vigor ainda em 2010, graças às dificuldades de cadastramento nas empresas.

Mais a frente, novamente o Jornalista Gilberto Dimenstein publica nota criticando o Vale-Cultura, agora com o fundamento de que a proposta de extensão do benefício à informação, idéia retomada em emenda do Senado, beneficiaria revistas como a Playboy. A questão é retomada em artigo de Jotabê Medeiros, publicado a 4 de dezembro de 2009, no jornal O Estado de S. Paulo.

Quanto a essa questão, vale dizer que primeiro a proposta de inclusão de periódicos foi apresentada pela Câmara dos Deputados, não tendo sido aprovada. Depois, o Senado reapresenta a idéia na forma de emenda. A divulgação da aprovação pelo projeto emendado pelas comissões debatedoras do projeto foi suficiente para que a imprensa discutisse a questão. De fato o debate em torno da inclusão de periódicos só ganhou fôlego quando a possibilidade de se adquirir revistas pornográficas com o Vale-Cultura foi apresentada. Os Senadores puderam acompanhar esse debate na mídia, uma vez que aconteceu antes da votação do projeto.

No dia 16 de dezembro, o Blog Vale-Cultura publica um post anunciando que o projeto havia sido votado e aprovado pelo Senado Federal, com a inclusão dos periódicos dentre os elementos considerados bens de cultura, o que contraria a opinião dos jornalistas que alimentaram a polêmica nas semanas passadas. O projeto pode ir a votação mediante articulação do líder do governo no Senado na ocasião, o senador Romero Jucá, retirando o regime de urgência do projeto. Com isso o projeto deixou de trancar a pauta da casa, foi aprovado e encaminhado no dia 22 de dezembro novamente à Câmara dos Deputados, uma vez que possuía emendas, para ser aprovado. A votação foi anunciada para fevereiro de 2010 pelo blog, mas somente dia 18 de março a relatora da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, deputada Manuela D'Ávila, declarou voto favorável às emendas realizadas pelo Senado. No dia 24 foi aprovado pelo relator da Comissão de Educação e Cultura, deputado Paulo Rubem Santiago e no dia 14 de abril pela Comissão de Finanças e Tributação, através do parecer do relator, deputado Vignatti. No dia 4 de maio, o deputado Flávio Dino, relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania,

declarou voto favorável ao Projeto de Lei, e a comissão aprovou as emendas no dia 18 de maio. Com isso o projeto pode ir a plenário para votação e, se aprovado, seguirá para sanção do Presidente da República.

Desde a retirada do regime de tramitação de urgência pelo senador Romero Jucá, o processo de aprovação do Projeto de Lei se tornou mais moroso, com isso as notícias na mídia também se tornaram escassas. Com o Blog Vale-Cultura não foi diferente. Os posts trouxeram algumas poucas notícias sobre o projeto veiculadas pela grande mídia, além de notícias sobre o processo de tramitação. Os comentários, muito raros ao longo do blog inteiro, funcionaram como um veículo de esclarecimento de dúvidas. De fato não se viu um debate no blog sobre o projeto e as emendas propostas, salvo as discussões sobre a importância de se ampliar o acesso à cultura. As emendas, seja pela inclusão, seja pela exclusão, não propiciaram nenhum debate no blog ou nas notícias trazidas por ele e veiculadas por outras mídias, salvo o caso do caráter eleitoreiro do projeto e o da inclusão dos periódicos aos bens de cultura. Esse último caso, no entanto, não foi suficiente para que os senadores retirassem a emenda.

Considerações finais

Esse artigo teve por objetivo verificar em que medida o desenvolvimento do processo de tramitação de uma política pública específica seria ou não influenciado pelo debate promovido pela mídia. Para tanto realizou uma análise do site do Ministério da Cultura, especificamente uma de suas partes; no Blog Vale-Cultura foi realizada uma análise da estrutura do site, dos serviços oferecidos, de sua navegabilidade e de seus elementos aparentes. Também foi realizada uma análise dos enquadramentos dos 30 últimos posts e uma análise da interação do blog nos fóruns de comentários. O blog possui um caráter predominantemente informativo, trazendo frequentemente elementos do projeto de forma clara e apresentando a opinião de autoridades e atores da cena cultural. Os comentários, muito raros, em geral revelaram um desinteresse pelo debate da política pública, mesmo quando as questões postadas eram polêmicas e de interesse da população, como a ampliação do benefício a outros extratos sociais.

Essa leitura permite considerar que o Blog Vale-Cultura foi usado como elemento de divulgação da política cultural. É plausível a hipótese de que o blog tenha cumprido o papel de fonte de informação para outras mídias, uma vez que reunia as matérias reunidas em outros veículos, mas principalmente publicava notícias sobre o processo de tramitação e as atividades legislativas referentes ao projeto. Mas não foi possível verificar que o blog cumpria o papel de captar demandas para a formulação da política pública, nem tampouco de influenciar, a partir do seu debate, mudanças no Projeto de Lei. Essa possibilidade poderia ter ocorrido quanto à emenda do Senado referente à inclusão dos periódicos aos bens de cultura, porque o debate foi publicado pelo site e pelos jornais antes que a votação ocorresse e, no entanto, a emenda não foi modificada ou retirada. Quanto ao outro caso, que considerava o projeto com caráter eleitoral, o debate aconteceu nos meios de comunicação e foi reunido pelo blog, lugar que o MinC usou para publicar sua resposta. Não é possível afirmar com os dados que tivemos até o momento, se o debate influenciou ou não a atitude do líder do governo em retirar o regime de tramitação de urgência para que o projeto fosse votado. Seria possível considerar como hipótese, que deverá ser revisitada em outro momento, que o debate nos meios de comunicação contribuíram para a formação de uma opinião pública negativa sobre a questão e que o governo achou por bem retirar a urgência. Com isso o projeto não perdeu seu capital simbólico e segue para aprovação, mesmo que em outro ritmo. No entanto, essa hipótese não transparece no Blog Vale-Cultura, pois a questão limitou-se à publicação dos artigos na forma de posts, sem que tenha havido um debate mais amplo e com a participação dos usuários.

Por fim, a análise do desenvolvimento do processo de tramitação da política pública deixa transparecer os interesses políticos envolvidos e a importância desse processo de formulação e debate da lei. Ao comparar com a cobertura da mídia é possível o reconhecimento das políticas públicas como razão necessária para o desenvolvimento social, consideração presente na quase totalidade dos textos publicados. O artigo buscou compreender o processo pelo qual esses dois elementos se imbricam avaliando se ocorre a influência da mídia na formulação das políticas públicas. No caso tratado e pela análise do blog, não foi possível verificar essa relação de forma palpável, mas é preciso fazer a ressalva de que se trata de uma mídia oficial do governo. A mesma hipótese deverá ser refeita com uma abordagem mais cuidadosa, levantando a repercussão dos outros meios de

comunicação sem passar pelo filtro da equipe do MinC. Também deverá ser ampliado o período de análise, avaliando a cobertura da mídia do processo de execução da política pública, quando está já estiver entrado em vigor, e, também, verificar a cobertura realizada pelo MinC durante o pleito presidencial que se avizinha. Essas são as direções que apontamos para dar continuidade ao estudo. De qualquer forma, esse artigo contribui como experimento metodológico ao reunir em um mesmo estudo uma avaliação do processo decisório de políticas públicas e a análise da cobertura realizada por um meio de comunicação, especialmente um blog, que reúne diferentes recursos e linguagens e permite a interatividade dos eleitores, cidadãos e distintos atores políticos.

Referências bibliográficas

- CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- LIMA, V. A. *Mídia – teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2003, vol.18, n.51, pp. 123-140.
- _____ Os meios de comunicação e a prática política. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 55-56, São Paulo, 2002.
- PENTEADO, C. L. C. ; SANTOS, M. B. P. ; ARAUJO, R. P. A. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento "cansei". *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 17, p. 159-181, 2009a.
- _____ Novas práticas políticas na internet: estudo do Blog Fatos e Dados. In: III Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Comunicação e Política, 2009, São Paulo. *Anais do III Compolítica*, 2009b.
- _____ Blogs e ação política. In: IX Congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de Comunicación, 2008, Atizapán de Zaragoza. *Anais do IX ALAIC*, 2008.
- SARTORI, G. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Florianópolis: EDUSC, 2001.